

Sul America Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

CNPJ 32.206.435/0001-83



Relatório do Conselho de Administração

Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.S. as demonstrações financeiras da Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“Companhia”), relativas ao primeiro semestre do exercício social de 2019, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas do Relatório dos Auditores Independentes. As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades supervisionadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e incluem a legislação societária, as normas e instruções do BACEN e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que já tenham sido referendados pelo BACEN e estão sendo apresentadas conforme nomenclatura e classificação padronizadas pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). **1. Conjuntura econômica:** Neste primeiro semestre de 2019, a economia brasileira teve um crescimento ainda abaixo do esperado, resultado da combinação de condições financeiras desfavoráveis em 2018 e uma menor confiança de empresários e consumidores, refletindo as incertezas do cenário econômico e político no País. Além disso, a desaceleração da economia global, afetada principalmente pela guerra comercial entre Estados Unidos e China, incertezas externas e dúvidas sobre o avanço das reformas necessárias no cenário doméstico levaram o Banco Central a adotar uma postura cautelosa na política monetária, o que manteve a taxa Selic em 6,50% ao ano durante os primeiros seis meses em 2019. O menor crescimento da economia global fez com que as principais economias do mundo se preparassem para retomar políticas de estímulo monetário. As taxas de juros ao redor do mundo diminuiram ao longo do primeiro semestre, permitindo que as economias emergentes processassem juros menores em defesa ao cenário externo adverso. A inflação brasileira mostrou um quadro confortável na primeira metade de 2019, flutuando em torno de 3,7%,

abaixo do centro da meta inflacionária (4,25%) estabelecida para este ano. Tal desempenho contribuiu para a ancoragem das expectativas, refletida em projeções inflacionárias ligeiramente abaixo da meta para os próximos anos. Este cenário é reflexo da elevada ciosidade na economia, afastando riscos de retomada de um processo inflacionário. Recentemente, a reforma da previdência foi aprovada em primeiro turno na Câmara dos Deputados, indicando um avanço na agenda política, o que, aliado a perspectivas de queda dos juros americanos, reforçaram o cenário de redução dos juros brasileiros ao longo do segundo semestre. Os participantes do mercado passaram a projetar Selic abaixo de 6,0% para dezembro de 2019. A economia brasileira deve ganhar força na segunda metade do ano. O aumento da confiança de empresários e consumidores com o avanço das reformas no Congresso – além da previdência, a tributária – deve se traduzir em retomada do consumo e dos investimentos. Ainda que o ano de 2019 termine com um crescimento em torno de 1%, o maior dinamismo do último trimestre do ano pode impulsionar o crescimento da economia em 2020. **2. Principais Informações Financeiras:**

Resultado (R\$ milhões)	1S19	1S18	Δ
Receita da intermediação financeira	1,0	09	-79%
Outras receitas (despesas) operacionais	21,4	13,6	57,5%
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	22,4	14,5	54,1%
Lucro líquido	19,7	15,1	30,6%

3. Comentário sobre o desempenho: A receita da intermediação financeira no primeiro semestre de 2019 totalizou R\$1,0 milhão, aumento de 79% em relação ao mesmo período do ano passado. As outras receitas e despesas operacionais apresentaram crescimento de 57,5% em relação ao primeiro semestre de 2018, somando R\$21,4 milhões no 1S19. O aumento de outras receitas e despesas

operacionais contribuiu para um melhor resultado antes da tributação sobre o lucro e participações, que finalizou os primeiros seis meses de 2019 com R\$22,4 milhões, um aumento de 54,1% em relação ao 1S18. O lucro líquido totalizou R\$19,7 milhões, crescimento de 30,6% em relação ao primeiro semestre de 2018. **4. Investimentos:** Em 30/06/2019, a Companhia mantinha o saldo de R\$20,6 milhões de investimentos na Sul América Investimentos Gestora de Recursos S.A. (SAGA). Em 13/05/2019, a Sul América S.A. (“SASA”) divulgou um fato relevante por meio do qual informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que assinou, naquela data, um contrato para a realização de investimento de R\$100 milhões na Orama Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“Orama”). O investimento ocorrerá mediante capitalização pela Companhia na O10 Participações S.A. (“O10”), controladora da Orama. Após a conclusão da aquisição, o Grupo SulAmérica terá participação de 25% no capital social total e volante da O10. A conclusão da operação está condicionada ao cumprimento de determinadas condições precedentes, conforme previstas no respectivo contrato, incluindo a aprovação prévia dos órgãos reguladores competentes. Em 04/07/2019 a operação foi aprovada pelo CADE, aguardando ainda aprovação pelo BACEN e demais condições precedentes previstas no contrato. **5. Declaração sobre capital financeiro e ativos classificados na categoria “mantidos até o vencimento”:** A Companhia não possui ativos classificados na categoria “mantidos até o vencimento”. **6. Auditores Independentes:** Os auditores externos entendem que são independentes da Companhia e do grupo ao qual ela pertence e que não há qualquer contrato de serviços de não auditoria até o momento que quebre esta relação de independência, até mesmo por suas características “não recorrentes”. **7. Acordo de Acionistas:** A Companhia não é parte de acordo de acionistas. São Paulo, 27 de agosto de 2019. A ADMINISTRAÇÃO.

Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2019 e 2018				
(em milhares de reais)				
	Notas	2019	2018	
Ativo				
Circulante		36.484	34.158	
Disponibilidades	–	87	46	
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	5	31.470	29.593	
Carteira própria	–	31.470	29.593	
Outros créditos	–	4.909	4.511	
Rendas a receber	6	2.275	1.904	
Diversos	7	2.634	2.607	
Outros bens e valores	–	18	8	
Realizável a longo prazo	–	19.222	35.232	
Outros créditos	–	19.222	35.232	
Diversos	7	19.222	35.232	
Permanente	–	21.175	16.346	
Investimentos	–	20.617	15.833	
Participação em controlada - No País	8	20.603	15.619	
Outros investimentos	–	14	14	
Imobilizado	–	41	87	
Intangível	–	517	626	
Total do ativo		76.881	85.736	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados para os semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018				
(em milhares de reais, exceto onde mencionado)				
	Notas	2019	2018	
Receita da intermediação financeira		956	886	
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	14	956	886	
Resultado bruto da intermediação financeira	–	956	886	
Outras receitas (despesas) operacionais	–	21.425	13.601	
Receitas de prestação de serviços	15	14.647	11.340	
Despesas de pessoal	16	(6.064)	(6.996)	
Outras despesas administrativas	17	(4.534)	(3.870)	
Despesas tributárias	–	(1.112)	(667)	
Resultado de participação em coligadas e controladas	8	18.389	13.774	
Outras receitas operacionais	18	317	738	
Outras despesas operacionais	19	(219)	(519)	
Resultado operacional	–	22.381	14.420	
Resultado não operacional	–	–	32	
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	–	22.381	14.520	
Imposto de renda e contribuição social	–	(1.143)	2.120	
Imposto de renda	20	(385)	1.204	
Contribuição social	20	(244)	706	
Ativo fiscal diferido	20	(514)	210	
Participações no lucro	–	(1.516)	(1.538)	
Lucro líquido	–	19.722	15.102	
Quantidade de ações	–	17.166.837	17.166.837	
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$	–	1,15	0,88	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018				
(em milhares de reais)				
	2019	2018		
Descrição				
Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social	22.381	14.520		
Mais				
Depreciações e amortizações	100	49		
Juros e variações monetárias de provisão para riscos fiscais e passivos de ações cíveis e trabalhistas	249	518		
Incentivo de ações	304	813		
Outros	–	19		
Menos				
Juros e variações monetárias de depósitos judiciais	(238)	(605)		
Resultado positivo de equivalência patrimonial	(18.389)	(13.774)		
Outros	(42)	(41)		
Atividades operacionais				
Variação de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(354)	(2.677)		
Variação de outros créditos	297	(489)		
Variação de outros valores e bens	(18)	–		
Variação de outras obrigações sociais e estatutárias	(6.414)	–		
Variação de outras obrigações fiscais e previdenciárias	(537)	181		
Variação de outras obrigações diversas	1.223	(4.996)		
Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio	27.545	20.294		
Imposto de renda e contribuição social pagos	(417)	(250)		
Outro líquido gerado nas atividades operacionais	25.690	13.560		
Atividades de investimento				
Recebimento pela venda:				
Imobilizado	–	52		
Caixa líquido gerado/ (consumido) nas atividades de investimento	–	52		
Atividades de financiamento				
Pagamento de dividendos	(25.655)	(13.611)		
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(25.655)	(13.611)		
Variação líquida do caixa	35	1		
Caixa e equivalentes de caixa - saldo inicial	52	45		
Caixa e equivalentes de caixa - saldo final	87	46		
Aumento nas disponibilidades	35	1		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2019 e 2018				
(Em milhares de reais, exceto onde mencionado)				

1. Contexto operacional: A Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., denominada “Companhia” é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua dos Pinheiros, nº 1673, 12º andar, Ália Norte, Sala II, Pinheiros, autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), tendo como principais objetivos a administração de fundos de investimento, prestação de serviços de consultoria e assessoria financeira e serviços relacionados com o mercado de capitais e tem como acionista a Sul América Companhia de Seguro Saúde (CIA. SAÚDE), que detém 100% da participação. A Companhia faz parte do conjunto de empresas formado pela Sul América S.A. (SASA) e suas controladas, que é tratado pelo termo “SulAmérica”. A SASA tem como principal acionista a Sulasapart Participações S.A. A SASA é a Companhia de capital aberto e divulgou, em 07/09/2019, no site da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), as demonstrações financeiras trimestrais consolidadas e consolidadas relativas ao trimestre findo em 30/06/2019, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS). **1.1. Compra de participação na O10 Participações S.A. (“O10”), controladora da Orama:** Em 13 de maio de 2019, a Sul América divulgou fato relevante por meio do qual informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que assinou, nesta data, contrato para a realização de investimento de R\$100 milhões na Orama Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“Orama”). O investimento ocorrerá mediante capitalização pela Companhia na O10 Participações S.A. (“O10”), controladora da Orama. Após a conclusão da aquisição, o Grupo SulAmérica terá participação de 25% no capital social total e volante da O10. A conclusão da operação está condicionada ao cumprimento de determinadas condições precedentes, conforme previstas no respectivo contrato, incluindo a aprovação prévia dos órgãos reguladores competentes. Em 04/07/2019 a operação foi aprovada pelo CADE, aguardando ainda aprovação pelo BACEN e demais condições precedentes previstas no contrato. **2. Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e incluem a legislação societária, as normas e instruções do BACEN e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que já tenham sido referendados pelo BACEN e estão sendo apresentadas conforme nomenclatura e classificação padronizadas pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). O Conselho de Administração manifestou-se favoravelmente a emissão das presentes demonstrações financeiras em reunião realizada em 27/08/2019. **3. Principais práticas contábeis:** As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. **3.1. Resumo das práticas contábeis:** As práticas contábeis mais relevantes adotadas são: • O resultado das operações é apurado pelo regime de competência; • Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após 12 meses são classificados no ativo e passivo a longo prazo, respectivamente; • Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices definidos legalmente ou em contrato; e • Os créditos tributários não são ajustados a valor presente. **3.2. Ativos financeiros circulantes e realizáveis a longo prazo:** **3.2.1. Mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos de curto prazo e negociados, são contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante. Rendimentos, valorizações e desvalorizações desses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado. Certos títulos e valores mobiliários podem ser classificados nessa categoria, mesmo que não sejam frequentemente negociados, considerando-se a estratégia de investimentos e de acordo com a gestão de riscos documentada. Em 30/06/2019 e 2018, a Companhia não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos. **3.2.2. Títulos e valores mobiliários disponíveis para a venda:** Títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias “mensurados ao valor justo por meio do resultado”, “mantidos até o vencimento” ou “empréstimos e recebíveis” são classificados como “disponíveis para a venda”, são contabilizados pelo valor justo, acrescido dos rendimentos auferidos no período, reconhecido no resultado. Valorizações e desvalorizações não realizadas são reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, líquidas dos correspondentes efeitos tributários e, quando realizadas ou o valor recuperável apresenta redução, são apropriadas ao resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido. **3.2.3. Mantidos até o vencimento:** Títulos e valores mobiliários que a Companhia possui a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são contabilizados pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos no período, que são reconhecidos no resultado. **3.2.4. Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados pelas contas a receber, mensurados inicialmente pelo valor justo, acrescido dos custos das transações. Esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, ajustados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável. **3.3. Investimentos – participações societárias:** Reconhecidos inicialmente pelo valor justo, ajustado pela redução ao valor recuperável, combinado com o seguinte aspecto: • Nas demonstrações financeiras, as participações acionárias em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. **3.4. Imposto de renda e contribuição social:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados pelas contas a receber, mensurados inicialmente pelo valor justo, acrescido das alíquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras. O reconhecimento de imposto de renda e de contribuição social diferidos no ativo é estabelecido levando-se em consideração as expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos em até 3 anos. Para efeito de apresentação nas demonstrações financeiras, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando a Companhia tem direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos, e estão relacionados pelos efeitos relativos à legislação tributária. **3.5. Provisões para riscos judiciais:** A Companhia reconhece provisões para os riscos judiciais quando suas controladas constituem provisões para suprir desembolsos futuros oriundos de processos judiciais civis, trabalhistas ou processos judiciais de natureza fiscal. Os valores são constituídos a partir de análise individualizada do valor estimado de perda e da classificação do grau de risco (provável, possível ou remoto), realizada pelos consultores legais independentes, acompanhada pelo Departamento Jurídico interno e pela Administração da Companhia e de suas controladas. **3.5.1. Riscos e trabalhistas:** No caso dos processos judiciais civis, cujas causas são consideradas semelhantes e usuais, isto é, aqueles processos judiciais cujo autor é cliente da Companhia e cujo pedido é recorrente e relacionado ao negócio, a administração realiza uma estimativa do valor e classificação do grau de risco, os valores de provisão são constituídos tendo como base a aplicação de percentuais estatísticos calculados a partir da análise dos valores despendidos com os processos encerrados nos últimos 60 meses e suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. O cálculo leve em consideração, ainda, a natureza dos processos, a respectiva estimativa de probabilidade de perda e o desembolso financeiro. Caso o processo judicial civil seja classificado como relevante, ou seja, possuir pedidos valores não usuais, de acordo com as regras estabelecidas no Plano de Processos Relevantes da Companhia, os valores de provisão para os casos de perda provável são constituídos no percentual de 100% da estimativa feita, sendo mais 10% adicionais referentes a honorários sucumbenciais. Ressalta-se que, dada a individualidade e particularidade destas ações, não é possível basear as provisões nos valores já despendidos em outros casos. A partir de outubro de 2017, todos os processos trabalhistas passaram a ser classificados como relevantes em razão da realização de acompanhamento diferenciado e minucioso de cada processo, portanto, os valores de provisão para os casos de perda provável são constituídos no percentual de 100% da estimativa feita, mais 10% adicionais referentes a honorários sucumbenciais, por pedido. Em todos os casos, as provisões são reavaliadas periodicamente de acordo com os andamentos processuais e atualizadas mensalmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), no caso dos processos civis, ou pela Taxa Referencial (TR), no caso dos processos trabalhistas, ambos com a incidência de juros de 10,74% ao ano (10,59% ao ano em 2018). As provisões para processos judiciais e os honorários de sucumbência, referentes às causas de natureza civil, assim como as trabalhistas, estão contabilizados no passivo não circulante na rubrica “Outras obrigações – diversas”. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados no ativo não circulante, em rubrica própria, e são atualizados monetariamente pela TR e pela taxa de 8% ao ano. **3.5.2. Riscos e trabalhistas:** Os processos judiciais trabalhistas, pela Taxa de Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) para os processos previdenciários, conforme legislação vigente. **3.5.3. Fiscais:** As provisões para as ações judiciais relacionadas a tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pela SELIC, conforme legislação vigente, e são contabilizadas com base nas opiniões dos consultores legais independentes e da Administração sobre o provável resultado dos processos judiciais. As provisões são constituídas quando a Administração avalia que uma saída de recursos é provável de ocorrer até o encerramento dos processos judiciais e seu valor possa ser razoavelmente estimado. Os processos judiciais trabalhistas são avaliados com base nas informações disponíveis e atualizadas mensalmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), no caso dos processos civis, ou pela Taxa Referencial (TR), no caso dos processos trabalhistas, ambos com a incidência de juros de 10,74% ao ano (10,59% ao ano em 2018). As provisões para processos judiciais e os honorários de sucumbência, referentes às causas de natureza civil, assim como as trabalhistas, estão contabilizados no passivo não circulante na rubrica “Outras obrigações – diversas”. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados no ativo não circulante, em rubrica própria, e são atualizados monetariamente pela SELIC, conforme legislação vigente. **3.6. Benefícios a empregados:** Os benefícios compreendem o Plano de Contribuição Definida, por intermédio do Benefícios Livres de Risco, o seguro saúde e seguro de vida. Os custos com o PGBL são reconhecidos nos resultados pelo valor das contribuições efetuadas. Os compromissos com seguro saúde e seguro de vida são provisionados pelo regime de competência, com base em cálculos atuariais, de acordo com o Método da Unidade de Crédito Projetada e outras premissas atuariais. **3.7. Incentivos em ações:** A Companhia concede incentivos em ações da SASA a seus administradores. Os planos são compostos por outorgas de opções bonificadas, onde o executivo adquire uma quantidade de ações em tesouraria da SASA, com direito a bonificação. Tanto as ações adquiridas quanto as bonificações de ações possuem carência de 3 anos, sendo 33% no primeiro ano, 33% no segundo ano e 34% no terceiro ano. O valor justo do plano é mensurado pela Companhia com base na última cotização de ações da SASA antes da outorga. Os valores relacionados ao plano de incentivo em ações, são contabilizados na rubrica “Despesas administrativas”, com um correspondente lançamento na rubrica “Outras obrigações – diversas”. Periodicamente, a Companhia reembolsa à SASA pelos incentivos em ações dados a seus executivos (vide nota 11.2). **3.8. Dividendos:** Os dividendos são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando de sua efetiva distribuição ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorre primeiro. O Conselho de Administração, ao se manifestar sobre as demonstrações financeiras, apresenta a estimativa de distribuição de dividendos. O valor dos dividendos declarados pelo Conselho de Administração é refletido em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras. **3.9. Estimativas:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para instituições financeiras requer que a Administração faça estimativas, julgamentos e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e os resultados das demonstrações financeiras. As estimativas são necessárias para a preparação das demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos passivos relacionados ao valor do desembolso provável refletidos na provisão para ações judiciais e a apuração do valor justo dos instrumentos financeiros e créditos tributários. Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas e o reconhecimento contábil de efeitos, que porventura surjam, são efetuados no resultado do período em que as revisões ocorrem. Informações adicionais sobre as estimativas encontram-se nas notas explicativas de títulos e valores mobiliários e outros instrumentos financeiros. **4. Políticas de avaliação:** As demonstrações financeiras são avaliadas com base nas informações disponíveis e atualizadas mensalmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), no caso dos processos civis, ou pela Taxa Referencial (TR), no caso dos processos trabalhistas, ambos com a incidência de juros de 10,74% ao ano (10,59% ao ano em 2018). As provisões para processos judiciais e os honorários de sucumbência, referentes às causas de natureza civil, assim como as trabalhistas, estão contabilizados no passivo não circulante na rubrica “Outras obrigações – diversas”. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados no ativo não circulante, em rubrica própria, e são atualizados monetariamente pela SELIC, conforme legislação vigente. **3.6. Benefícios a empregados:** Os benefícios compreendem o Plano de Contribuição Definida, por intermédio do Benefícios Livres de Risco, o seguro saúde e seguro de vida. Os custos com o PGBL são reconhecidos nos resultados pelo valor das contribuições efetuadas. Os compromissos com seguro saúde e seguro de vida são provisionados pelo regime de competência, com base em cálculos atuariais, de acordo com o Método da Unidade de Crédito Projetada e outras premissas atuariais. **3.7. Incentivos em ações:** A Companhia concede incentivos em ações da SASA a seus administradores. Os planos são compostos por outorgas de opções bonificadas, onde o executivo adquire uma quantidade de ações em tesouraria da SASA, com direito a bonificação. Tanto as ações adquiridas quanto as bonificações de ações possuem carência de 3 anos, sendo 33% no primeiro ano, 33% no segundo ano e 34% no terceiro ano. O valor justo do plano é mensurado pela Companhia com base na última cotização de ações da SASA antes da outorga. Os valores relacionados ao plano de incentivo em ações, são contabilizados na rubrica “Despesas administrativas”, com um correspondente lançamento na rubrica “Outras obrigações – diversas”. Periodicamente, a Companhia reembolsa à SASA pelos incentivos em ações dados a seus executivos (vide nota 11.2). **3.8. Dividendos:** Os dividendos são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando de sua efetiva distribuição ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorre primeiro. O Conselho de Administração, ao se manifestar sobre as demonstrações financeiras, apresenta a estimativa de distribuição de dividendos. O valor dos dividendos declarados pelo Conselho de Administração é refletido em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras. **3.9. Estimativas:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para instituições financeiras requer que a Administração faça estimativas, julgamentos e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e os resultados das demonstrações financeiras. As estimativas são necessárias para a preparação das demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos passivos relacionados ao valor do desembolso provável refletidos na provisão para ações judiciais e a apuração do valor justo dos instrumentos financeiros e créditos tributários. Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas e o reconhecimento contábil de efeitos, que porventura surjam, são efetuados no resultado do período em que as revisões ocorrem. Informações adicionais sobre as estimativas encontram-se nas notas explicativas de títulos e valores mobiliários e outros instrumentos financeiros. **4. Políticas de avaliação:** As demonstrações financeiras são avaliadas com base nas informações disponíveis e atualizadas mensalmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), no caso dos processos civis, ou pela Taxa Referencial (TR), no caso dos processos trabalhistas, ambos com a incidência de juros de 10,74% ao ano (10,59% ao ano em 2018). As provisões para processos judiciais e os honorários de sucumbência, referentes às causas de natureza civil, assim como as trabalhistas, estão contabilizados no passivo não circulante na rubrica “Outras obrigações – diversas”. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados no ativo não circulante, em rubrica própria, e são atualizados monetariamente pela SELIC, conforme legislação vigente. **3.6. Benefícios a empregados:** Os benefícios compreendem o Plano de Contribuição Definida, por intermédio do Benefícios Livres de Risco, o seguro saúde e seguro de vida. Os custos com o PGBL são reconhecidos nos resultados pelo valor das contribuições efetuadas. Os compromissos com seguro saúde e seguro de vida são provisionados pelo regime de competência, com base em cálculos atuariais, de acordo com o Método da Unidade de Crédito Projetada e outras premissas atuariais. **3.7. Incentivos em ações:** A Companhia concede incentivos em ações da SASA a seus administradores. Os planos são compostos por outorgas de opções bonificadas, onde o executivo adquire uma quantidade de ações em tesouraria da SASA, com direito a bonificação. Tanto as ações adquiridas quanto as bonificações de ações possuem carência de 3 anos, sendo 33% no primeiro ano, 33% no segundo ano e 34% no terceiro ano. O valor justo do plano é mensurado pela Companhia com base na última cotização de ações da SASA antes da outorga. Os valores relacionados ao plano de incentivo em ações, são contabilizados na rubrica “Despesas administrativas”, com um correspondente lançamento na rubrica “Outras obrigações – diversas”. Periodicamente, a Companhia reembolsa à SASA pelos incentivos em ações dados a seus executivos (vide nota 11.2). **3.8. Dividendos:** Os dividendos são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando de sua efetiva distribuição ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorre primeiro. O Conselho de Administração, ao se manifestar sobre as demonstrações financeiras, apresenta a estimativa de distribuição de dividendos. O valor dos dividendos declarados pelo Conselho de Administração é refletido em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras. **3.9. Estimativas:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para instituições financeiras requer que a Administração faça estimativas, julgamentos e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e os resultados das demonstrações financeiras. As estimativas são necessárias para a preparação das demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos passivos relacionados ao valor do desembolso provável refletidos na provisão para ações judiciais e a apuração do valor justo dos instrumentos financeiros e créditos tributários. Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas e o reconhecimento contábil de efeitos, que porventura surjam, são efetuados no resultado do período em que as revisões ocorrem. Informações adicionais sobre as estimativas encontram-se nas notas explicativas de títulos e valores mobiliários e outros instrumentos financeiros. **4. Políticas de avaliação:** As demonstrações financeiras são avaliadas com base nas informações disponíveis e atualizadas mensalmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), no caso dos processos civis, ou pela Taxa Referencial (TR), no caso dos processos trabalhistas, ambos com a incidência de juros de 10,74% ao ano (10,59% ao ano em 2018). As provisões para processos judiciais e os honorários de sucumbência, referentes às causas de natureza civil, assim como as trabalhistas, estão contabilizados no passivo não circulante na rubrica “Outras obrigações – diversas”. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados no ativo não circulante, em rubrica própria, e são atualizados monetariamente pela SELIC, conforme legislação vigente. **3.6. Benefícios a empregados:** Os benefícios compreendem o Plano de Contribuição Definida, por intermédio do Benefícios Livres de Risco, o seguro saúde e seguro de vida. Os custos com o PGBL são reconhecidos nos resultados pelo valor das contribuições efetuadas. Os compromissos com seguro saúde e seguro de vida são provisionados pelo regime de competência, com base em cálculos atuariais, de acordo com o Método da Unidade de Crédito Projetada e outras premissas atuariais. **3.7. Incentivos em ações:** A Companhia concede incentivos em ações da SASA a seus administradores. Os planos são compostos por outorgas de opções bonificadas, onde o executivo adquire uma quantidade de ações em tesouraria da SASA, com direito a bonificação. Tanto as ações adquiridas quanto as bonificações de ações possuem carência de 3 anos, sendo 33% no primeiro ano, 33% no segundo ano e 34% no terceiro ano. O valor justo do plano é mensurado pela Companhia com base na última cotização de ações da SASA antes da outorga. Os valores relacionados ao plano de incentivo em ações, são contabilizados na rubrica “Despesas administrativas”, com um correspondente lançamento na rubrica “Outras obrigações – diversas”. Periodicamente, a Companhia reembolsa à SASA pelos incentivos em ações dados a seus executivos (vide nota 11.2). **3.8. Dividendos:** Os dividendos são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando de sua efetiva distribuição ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorre primeiro. O Conselho de Administração, ao se manifestar sobre as demonstrações financeiras, apresenta a estimativa de distribuição de dividendos. O valor dos dividendos declarados pelo Conselho de Administração é refletido em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras. **3.9. Estimativas:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para instituições financeiras requer que a Administração faça estimativas, julgamentos e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e os resultados das demonstrações financeiras. As estimativas são necessárias para a preparação das demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos passivos relacionados ao valor do desembolso provável refletidos na provisão para ações judiciais e a apuração do valor justo dos instrumentos financeiros e créditos tributários. Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas e o reconhecimento contábil de efeitos, que porventura surjam, são efetuados no resultado do período em que as revisões ocorrem. Informações adicionais sobre as estimativas encontram-se nas notas explicativas de títulos e valores mobiliários e outros instrumentos financeiros. **4. Políticas de avaliação:** As demonstrações financeiras são avaliadas com base nas informações disponíveis e atualizadas mensalmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), no caso dos processos civis, ou pela Taxa Referencial (TR), no caso dos processos trabalhistas, ambos com a incidência de juros de 10,74% ao ano (10,59% ao ano em 2018). As provisões para processos judiciais e os honorários de sucumbência, referentes às causas de natureza civil, assim como as trabalhistas, estão contabilizados no passivo não circulante na rubrica “Outras obrigações – diversas”. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados no ativo não circulante, em rubrica própria, e são atualizados monetariamente pela SELIC, conforme legislação vigente. **3.6. Benefícios a empregados:** Os benefícios compreendem o Plano de Contribuição Definida, por intermédio do Benefícios Livres de Risco, o seguro saúde e seguro de vida. Os custos com o PGBL são reconhecidos nos resultados pelo valor das contribuições efetuadas. Os compromiss

